



**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS
PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**
Edital nº 01/2014

CONTADOR

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

- 1 – Este caderno contém as questões da **Prova Objetiva e Dissertativa**.
- 2 – Use, como rascunho, a Folha de Respostas reproduzida ao final deste caderno.
- 3 – Ao receber a **Folha de Respostas** da Prova Objetiva:
 - Confira seu nome, número de inscrição e o cargo.
 - Assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

4 – **ATENÇÃO:** transcreva no espaço apropriado da sua **FOLHA DE RESPOSTAS**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

“Um homem é sempre um contador de histórias”.

ATENÇÃO:

FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

5 – Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- 01

A	B	C	D
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

 • use apenas caneta esferográfica azul ou preta;
- 02

A	B	C	D
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

 • preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- 03

A	B	C	D
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

 • assinale somente **uma** alternativa em cada questão;
- 04

A	B	C	D
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

 • sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

As **Folhas de Respostas da PROVA OBJETIVA e DISSERTATIVA** não devem ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

ATENÇÃO: Conforme o subitem 9.5.11.1 do Edital, os candidatos não poderão utilizar, em hipótese alguma, lapiseira, corretivos ou outro material distinto do constante no subitem 9.5.11 deste Edital e seus anexos; **9.5.21** Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização deste Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados; **9.5.24** Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios. Somente será permitida a utilização de códigos na Prova Dissertativa nos termos do subitem 9.3.7 deste Edital e seus anexos; **9.5.25** Durante o período de realização das provas, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares; **9.5.26** Será vedado ao candidato o porte de arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte; **9.5.34** O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas da Prova Objetiva e Prova Dissertativa, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção; **9.5.35** Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva ou da Prova Dissertativa por erro do candidato.

O caderno de questões e o gabarito da prova objetiva serão divulgados nos endereços eletrônicos <www.camarajf.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br> no dia 19 de outubro de 2015.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 5 (CINCO) HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **50 (cinquenta) questões de múltipla escolha**, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas de respostas**, assim distribuídas: **20 (vinte) questões de Língua Portuguesa**, **20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos**, **10 (dez) questões de Noções de Legislação Municipal**; e **2 (duas) questões dissertativas**, todas perfeitamente legíveis.

ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recursos posteriores.

Instrução: leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 20.

Lei Antifumo

LENIO LUIZ STRECK

Ronald Dworkin, um dos maiores juristas do mundo, sustenta que o direito deve ser aplicado por princípios — e não por política ou por moralismo. Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo gostam ou desgostam de algo. Em nome da moral não é possível superar a Constituição, mesmo que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas.

A regulamentação da Lei Antifumo é uma clara tentativa de corrigir moralmente a Constituição. Fumar é um ato de liberdade individual, protegido pela Constituição da República. Representa uma ação de autonomia e um exercício de liberdade individual dos cidadãos. Nesse contexto, as alterações promovidas na legislação pela nova Lei Antifumo, recentemente promulgada, caminham na contramão das liberdades constitucionais e invadem de modo grotesco a esfera privada de convívio do social.

Na verdade, a nova lei representa apenas mais um capítulo do recrudescimento no tratamento legal dos fumígenos pelo governo federal. Ora, ninguém nega que o cigarro faz mal. De um lado, queremos resolver o problema do morticínio pelo tabaco com o fechamento das possibilidades de as pessoas fumarem. Mas, de outro, milhares de pessoas morrem anualmente no Brasil por causa do violento trânsito automobilístico. Na guerra do trânsito, fazemos o contrário: o governo facilita a compra de automóveis via isenção de IPI. Neste ponto é possível fazer uma provocação: alguém defenderia a ideia de que a transferência de recursos federais seria inconstitucional?

No caso em questão, nenhum governo chega ao absurdo extremo de proibir de modo absoluto o fabrico de fumígenos, porque isso significaria abrir mão do alto imposto incidente sobre cigarros. Todavia aprova-se uma legislação politicamente correta que determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro, como se coubesse aos agentes públicos condicionar a conduta dos indivíduos em seus momentos de lazer e descontração.

Após o processo de secularização ocorrido com a modernidade, não compete ao Estado a tarefa de “melhorar o cidadão”, de interferir nessa relação privada. O governo, porém, insiste em querer condicionar as ações dos particulares com base nas mais diversas justificações. Os argumentos defendidos muitas vezes giram em torno de temas como a defesa da saúde pública — como se a referência a essa questão tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.

Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga é o dono do bar. Não só é tolhida a liberdade de um indivíduo de fumar em determinado estabelecimento, como a culpa pela infração cometida recai sobre terceiro! Qual é a lógica de impor a responsabilização da pessoa jurídica? O objetivo aqui seria, mais uma vez, gerar outra fonte de receita para o Estado?

Ainda mais grave é a bizarra proibição de fumar em locais fechados (ou “semiabertos”, mais uma invenção do legislador). E a partir disso surgem as exceções arbitrárias. Determina a lei que, em cerimônias religiosas, é possível pitar em locais fechados. A condição de Estado laico aqui não significa nada, pois não?

Não é possível abrir um bar de fumadores, voltado para o público fumante. Dito de outra forma, é vedado que particulares fiquem de acordo em inaugurar um espaço onde se possa habitualmente beber e fumar, detendo um espaço específico destinado para tanto. Contudo, num local de culto religioso — onde pessoas também pactuaram que vão fumar em determinadas circunstâncias —, fumar é possível mesmo se o ambiente for fechado. Essa exceção se estende também a uma tabacaria fechada. A lei ficou, assim, como um queijo suíço.

Parece-me inconstitucional a proibição de que bares coloquem advertência na sua porta de que possuem locais de convívio destinados exclusivamente a fumadores. Quem não quiser frequentar pode fazer a escolha de não o fazer. Sob esse aspecto, a questão nem mesmo é complexa: só vai ao bar quem quer — e o governo federal nada tem que interferir na esfera de convivência social dos cidadãos brasileiros. Simples assim. Há limites para a intervenção do Estado na vida das pessoas e dos comerciantes.

Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo. A Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco. É autorizado ao governo regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos. Faça a seguinte indagação: em que momento da história constitucional brasileira foi pactuado que o governo federal possui atribuição para determinar como serão, ou não, os bares e restaurantes?

Atualmente, não é politicamente correto falar a favor dos fumadores no Brasil. A porcentagem de cidadãos fumantes no País é menor do que outrora, e esse público representa uma fatia relativamente pequena da população. Muitas pessoas veem a proibição com bons olhos pela simples razão de não fumarem. Ou seja, amplos setores da sociedade não se importam com a agressividade das restrições ao tabaco porque tal assunto não os atinge diretamente.

A liberdade de escolha é condição de efetividade da democracia liberal, é fator determinante para o amadurecimento do Estado Constitucional de Direito. A defesa intransigente das liberdades individuais dos fumadores não é endereçada apenas a essa minoria de cidadãos que optou por fumar regularmente tabaco e derivados. Como qualquer restrição à liberdade individual, não se trata de um problema único e exclusivo dos fumantes — como comumente se faz crer —, mas sim de toda coletividade, que se vê tolhida em seu exercício de arbítrio.

Observação final: eu não sou fumador.

STRECK, Lenio Luiz. Lei Antifumo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2015. Disponível em: <opinioao.estado.com.br/noticias/geral,lei-antifumo-imp-,1625789>. Acesso em: 24 abr. 2015.

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que está de acordo com as ideias apresentadas no texto.

- A) É atribuição do governo regulamentar e controlar a fabricação de cigarros e derivados, bem como estipular como devem ser os bares e restaurantes.
- B) Se bem que contrariem liberdades constitucionais, as restrições impostas pela lei antifumo representam uma intervenção do governo à qual se deve anuir.
- C) Sob a bandeira da defesa da saúde pública, o governo busca justificar a adoção das medidas recentemente adotadas de restrição ao tabaco.
- D) As restrições ao tabaco promovidas pela lei antifumo causam estranhamento até mesmo a pessoas que, por não fumarem, não se veem afetadas pela nova legislação.

Instrução: As questões de 2 a 4 referem-se ao primeiro parágrafo do texto, transcrito a seguir.

“Ronald Dworkin, um dos maiores juristas do mundo, sustenta que o direito deve ser aplicado por princípios — e não por política ou por moralismo. Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo gostam ou desgostam de algo. Em nome da moral não é possível superar a Constituição, mesmo que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas.” (1º parágrafo)

QUESTÃO 2

Na construção do parágrafo em análise, o autor empregou o recurso da

- A) definição.
- B) citação.
- C) alusão histórica.
- D) divisão.

QUESTÃO 3

No parágrafo em análise, a relação lógico-semântica que se estabelece entre o terceiro período e os dois períodos que o antecedem é de

- A) causa.
- B) explicação.
- C) consequência.
- D) conclusão.

QUESTÃO 4

No parágrafo em análise, fez-se uso do travessão para

- A) introduzir um comentário à margem do que se afirma.
- B) indicar uma circunstância mencionada incidentemente.
- C) destacar enfaticamente a parte final do enunciado.
- D) apontar um esclarecimento sobre o que se afirma.

QUESTÃO 5

“No caso em questão, nenhum governo chega ao absurdo extremo de proibir de modo absoluto o fabrico de fumígenos, porque isso **significaria** abrir mão do alto imposto incidente sobre cigarros.” (4º parágrafo)

No período em análise, a forma verbal em destaque indica

- A) um fato futuro certo, mas dependente de determinada condição.
- B) um fato futuro duvidoso.
- C) um fato posterior a determinado momento do passado.
- D) incerteza sobre fato passado.

QUESTÃO 6

“Em nome da moral não é possível superar a Constituição, mesmo que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas.” (1º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a nova redação promove **ALTERAÇÃO** no sentido original do período em análise.

- A) Ainda que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas, não é possível, em nome da moral, superar a Constituição.
- B) Não é possível, em nome da moral, superar a Constituição, embora isso me desagrade ou desagrade a outras pessoas.
- C) Conquanto isso me desagrade ou desagrade a outras pessoas, em nome da moral não é possível superar a Constituição.
- D) Superar a Constituição em nome da moral não é possível, consoante isso me desagrade ou desagrade a outras pessoas.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa em que o referente da palavra ou expressão em destaque está indicado **INCORRETAMENTE** entre parênteses.

- A) “Todavia aprova-se uma legislação politicamente correta **que** determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...).” (4º parágrafo) (UMA LEGISLAÇÃO POLITICAMENTE CORRETA)
- B) “(...) amplos setores da sociedade não se importam com a agressividade das restrições ao tabaco porque **tal assunto** não os atinge diretamente.” (11º parágrafo) (A AGRESSIVIDADE DAS RESTRIÇÕES AO TABACO)
- C) “(...) inaugurar um espaço onde se possa habitualmente beber e fumar, detendo um espaço específico destinado para **tanto**.” (8º parágrafo) (HABITUALMENTE BEBER E FUMAR)
- D) “(...) não é endereçada apenas a essa minoria de cidadãos **que** optou por fumar regularmente tabaco e derivados.” (12º parágrafo) (ESSA MINORIA DE CIDADÃOS)

QUESTÃO 8

“É autorizado ao governo regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.” (10º parágrafo)

Desconsideradas eventuais alterações de sentido, assinale a alternativa em que a nova redação do período em análise apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) É fato que ao governo é autorizado regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.
- B) Não se discute que é autorizado o governo a regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como a tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.
- C) Autorizam-se ao governo regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.
- D) Reconhecem que ao governo é autorizado regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a análise gramatical da palavra **que** está indicada **INCORRETAMENTE**.

- A) “Determina a lei **que**, em cerimônias religiosas, é possível pitar em locais fechados.” (7º parágrafo) (PRONOME RELATIVO)
- B) “(...) e o governo federal nada tem **que** interferir na esfera de convivência social dos cidadãos brasileiros.” (9º parágrafo) (PREPOSIÇÃO)
- C) “(...) alguém defenderia a ideia de **que** a transferência de recursos federais seria inconstitucional?” (3º parágrafo) (CONJUNÇÃO INTEGRANTE)
- D) “(...) em **que** momento da história constitucional brasileira foi pactuado que o governo federal possui atribuição (...)” (10º parágrafo) (PRONOME ADJETIVO INTERROGATIVO)

QUESTÃO 10

“Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo. A Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco.” (10º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a nova redação mantém o sentido original do fragmento textual em análise.

- A) Se a Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco, trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo.
- B) Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo, não obstante a Constituição proteja a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco.
- C) A Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco; trata-se, pois, de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo.
- D) Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo, pois a Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa em que a substituição do trecho destacado pelo trecho entre parênteses acarreta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “(...) não **compete ao Estado** a tarefa de ‘melhorar o cidadão’, de interferir nessa relação privada.” (5º parágrafo) (COMPETE A ELE)
- B) “(...) caminham na contramão das liberdades constitucionais e **invadem** de modo grotesco **a esfera privada de convívio do social** (...)” (2º parágrafo) (INVADEM-A)
- C) “(...) nenhum governo chega ao absurdo extremo de **proibir** de modo absoluto **o fabrico de fumígenos** (...)” (4º parágrafo) (O PROIBIR)
- D) “(...) como se **coubesse aos agentes públicos** condicionar a conduta dos indivíduos em seus momentos de lazer e descontração.” (4º parágrafo) (LHES COUBESSE)

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa em que a palavra **se** NÃO introduz uma oração adverbial.

- A) “Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo gostam ou desgostam de algo.” (1º parágrafo)
- B) “Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga é o dono do bar.” (6º parágrafo)
- C) “Contudo, num local de culto religioso (...), fumar é possível mesmo se o ambiente for fechado.” (8º parágrafo)
- D) “(...) como se a referência a essa questão tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.” (5º parágrafo)

QUESTÃO 13

Desconsideradas eventuais alterações de sentido, assinale a alternativa em que a nova redação apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “De um lado, queremos resolver o problema do morticínio pelo tabaco com o fechamento das possibilidades de as pessoas fumarem (...).” (3º parágrafo)
De um lado, queremos resolver o problema do morticínio pelo tabaco com o fechamento das possibilidades de o cidadão fumar (...).
- B) “Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga é o dono do bar.” (6º parágrafo)
Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga são os empresários.
- C) “Todavia aprova-se uma legislação politicamente correta que determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...).” (4º parágrafo)
Todavia aprova-se dispositivos legais que determinam como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...).
- D) “Mas, de outro, milhares de pessoas morrem anualmente no Brasil por causa do violento trânsito automobilístico.” (3º parágrafo)
Mas, de outro, cerca de milhares de pessoas morrem anualmente no Brasil por causa do violento trânsito automobilístico.

QUESTÃO 14

“Há limites para a intervenção do Estado **na vida das pessoas e dos comerciantes.**” (9º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a oração destacada **NÃO** apresenta a mesma função que o termo em destaque no período em análise.

- A) “No caso em questão, nenhum governo chega ao absurdo extremo **de proibir de modo absoluto o fabrico de fumígenos (...).**” (4º parágrafo)
- B) “Após o processo de secularização ocorrido com a modernidade, não compete ao Estado a tarefa de ‘melhorar o cidadão’, **de interferir nessa relação privada.**” (5º parágrafo)
- C) “Não só é tolhida a liberdade de um indivíduo **de fumar em determinado estabelecimento,** como a culpa pela infração cometida recai sobre terceiro!” (6º parágrafo)
- D) “O governo, porém, insiste **em querer condicionar as ações dos particulares** com base nas mais diversas justificações.” (5º parágrafo)

QUESTÃO 15

Desconsideradas eventuais alterações de sentido, assinale a alternativa em que a nova redação apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “(...) é vedado que particulares fiquem de acordo em inaugurar um espaço (...).” (8º parágrafo)
(...) é vedado que particulares acordem em inaugurar um espaço (...).
- B) “Qual é a lógica de impor a responsabilização da pessoa jurídica?” (6º parágrafo)
Qual é a lógica de responsabilizar a pessoa jurídica?
- C) “(...) porque isso significaria abrir mão do alto imposto incidente sobre cigarros.” (4º parágrafo)
(...) porque isso significaria prescindir o alto imposto incidente sobre cigarros.
- D) “(...) a proibição de que bares coloquem advertência na sua porta de que possuem locais (...).” (9º parágrafo)
(...) a proibição de que bares advertam na sua porta que possuem locais (...).

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa em que a análise da forma verbal em destaque está **INCORRETA**.

- A) “(...) como se **coubesse** aos agentes públicos condicionar a conduta dos indivíduos em seus momentos de lazer e descontração.” (4º parágrafo) (PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO, EXPRESSA FATO HIPOTÉTICO)
- B) “Atualmente, não é politicamente correto **falar** a favor dos fumadores no Brasil.” (11º parágrafo) (INFINITIVO PESSOAL, INDICA DETERMINAÇÃO DO SUJEITO)
- C) “(...) onde pessoas também **pactuaram** que vão fumar em determinadas circunstâncias (...)” (8º parágrafo) (PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO, INDICA FATO PASSADO CONCLUSO)
- D) “(...) o governo federal possui atribuição para determinar como **serão**, ou não, os bares e restaurantes?” (10º parágrafo) (FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO, EXPRESSA FATO FUTURO CERTO OU PROVÁVEL)

QUESTÃO 17

“(...) como se a referência a essa questão tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.” (5º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a nova redação apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) (...) como se a referência à área da saúde tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.
- B) (...) como se a referência a temas dessa natureza tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.
- C) (...) como se a referência a saúde pública tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.
- D) (...) como se a referência a tal assunto tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.

QUESTÃO 18

“Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo **gostam** ou **desgostam** de algo.” (1º parágrafo)

Assinale a alternativa em que os verbos em destaque **NÃO** estão empregados no mesmo tempo e modo dos verbos destacados no período em análise.

- A) “Dito de outra forma, é vedado que particulares **fiquem** de acordo em inaugurar um espaço onde se **possa** habitualmente beber e fumar (...)” (8º parágrafo)
- B) “Ronald Dworkin, um dos maiores juristas do mundo, **sustenta** que o direito **deve** ser aplicado por princípios — e não por política ou por moralismo.” (1º parágrafo)
- C) “Por exemplo, se uma pessoa **desrespeita** a placa de proibido fumar num bar, quem **paga** é o dono do bar.” (6º parágrafo)
- D) “A porcentagem de cidadãos fumantes no País é menor do que outrora, e esse público **representa** uma fatia relativamente pequena da população.” (11º parágrafo)

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa em que a substituição do trecho destacado pelo trecho entre parênteses acarreta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “Todavia **aprova-se** uma legislação politicamente correta que determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...)” (4º parágrafo) (É APROVADA)
- B) “A defesa intransigente das liberdades individuais dos fumadores não é **endereçada** apenas a essa minoria de cidadãos que optou por fumar regularmente tabaco e derivados.” (12º parágrafo) (ENDEREÇA-SE)
- C) “(...) não se trata de um problema único e exclusivo dos fumantes — como comumente **se faz crer** (...)” (12º parágrafo) (É FEITO CRER)
- D) “(...) em que momento da história constitucional brasileira **foi pactuado** que o governo federal possui atribuição para determinar (...)” (10º parágrafo) (SE PACTUOU)

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa em que o sujeito das formas verbais em destaque está **INCORRETAMENTE** indicado entre parênteses.

- A) “(...) não **compete** ao Estado a tarefa de ‘melhorar o cidadão’ (...).” (5º parágrafo)
(A TAREFA DE ‘MELHORAR O CIDADÃO’)
- B) “Ainda mais grave **é** a bizarra proibição de fumar em locais fechados (...).” (7º parágrafo)
(A BIZARRA PROIBIÇÃO DE FUMAR EM LOCAIS FECHADOS)
- C) “E a partir disso **surgem** as exceções arbitrárias.” (7º parágrafo) (AS EXCEÇÕES ARBITRÁRIAS)
- D) “(...) **possuem** locais de convívio destinados exclusivamente a fumadores.” (9º parágrafo)
(LOCAIS DE CONVÍVIO DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE A FUMADORES)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTADOR

QUESTÃO 21

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, associando as denominações dos princípios orçamentários às suas definições ou características.

COLUNA I

1. Publicidade
2. Universalidade
3. Anualidade
4. Exclusividade

COLUNA II

- () A Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- () Delimita o exercício financeiro orçamentário ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na Lei Orçamentária Anual se refletem.
- () Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.
- () A Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Assinale a sequência **CORRETA**.

- A) 1 4 2 3.
- B) 4 2 3 1.
- C) 2 3 1 4.
- D) 3 1 4 2.

QUESTÃO 22

Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são classificados em três tipos ou categorias. Analise as seguintes afirmações sobre esses tipos de créditos adicionais.

- I. Os especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. A abertura desse tipo de crédito adicional não depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- II. Os suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária. O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior é um recurso que pode ser disponibilizado para fins de abertura de créditos suplementares.

- III. Os extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Eles devem ser abertos por decreto do poder executivo e submetidos ao poder legislativo correspondente.

A partir dessa análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 23

A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Além disso, os artigos 85, 89, 100 e 104 dessa mesma lei determinam que as variações patrimoniais devam ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Baseado nessa lei, sobre o relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A contabilidade aplicada ao setor público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos princípios de contabilidade. Assim, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem, e não quando os recursos financeiros são recebidos ou pagos.
- B) As alterações da situação líquida patrimonial e financeira, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituem o resultado patrimonial do exercício, apresentado no balanço patrimonial.
- C) Os serviços de contabilidade são organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.
- D) A contabilidade aplicada ao setor público deve evidenciar os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, para garantir que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

QUESTÃO 24

Os resultados gerais do exercício das entidades do setor público devem ser divulgados em demonstrações contábeis, das quais fazem parte o Balanço Patrimonial e o Balanço Financeiro.

No que tange à estrutura dessas duas demonstrações, em especial sobre os grupos de contas e os conteúdos (significados) das contas, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) o Ativo Financeiro compreende créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária, enquanto o Ativo Permanente compreende bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- B) o termo “obrigação”, na Lei nº 4.320/1964, se refere à obrigação patrimonial, que é caracterizada por um fato gerador já ocorrido, ou por uma condição já implementada. Refere-se também a uma obrigação financeira para fins de apuração do superávit.
- C) os conceitos de ativos e passivos financeiros e de ativos e passivos permanentes guardam relação com os preceitos da Lei nº 4.320/1964. A conceituação presente em normas contábeis vigentes é distinta daquela apresentada nessa lei.
- D) o Passivo Financeiro compreende pagamentos que independam de autorização orçamentária, enquanto o Passivo Permanente compreende dívidas que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

QUESTÃO 25

As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em duas, planejamento e execução. A etapa da execução se desdobra em três estágios. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre esses estágios, tomando por base os preceitos das Leis 4.320/1964 e 5.172/1966.

- A) O recolhimento de todas as receitas deve ser realizado em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, sendo permitido em casos previstos em lei a criação de caixas especiais.
- B) O lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável e calcula o montante do tributo devido.
- C) O recolhimento é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.
- D) A arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio de agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

QUESTÃO 26

A classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos. As fontes / destinações de recursos reúnem certas naturezas de receita conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes / destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Analise as seguintes afirmativas sobre as fontes e destinações de recursos e assinale com **V** as verdadeiras e **F** as falsas.

- () Como mecanismo integrador entre receita e despesa, o código de fonte / destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas. Para a despesa, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.
- () Um mesmo código é utilizado para controle das destinações da receita orçamentária e para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica são utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- () Além de obedecer às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, a escrituração das contas públicas deve observar que a disponibilidade de caixa consta de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória sejam classificados e escriturados de forma agrupada conforme sua vinculação.
- () A natureza da receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, e a necessidade de identificar a destinação dos recursos arrecadados exige que a classificação por fonte / destinação de recursos facilite a separação dos recursos entre vinculados e ordinários e a vinculação de ambos com a sua finalidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) V F V V.
- B) F V F V.
- C) V V F F.
- D) F V F F.

QUESTÃO 27

Um importante avanço na área das finanças públicas foi a edição da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece para toda a Federação, direta ou indiretamente, limites de dívida consolidada, garantias, operações de crédito, restos a pagar e despesas de pessoal, dentre outros, com o intuito de propiciar o equilíbrio das finanças públicas e instituir instrumentos de transparência da gestão fiscal. Resoluções do Senado Federal foram publicadas para regulamentar aspectos dessa lei, em especial sobre dívidas e operações de crédito.

Analise as seguintes afirmações sobre preceitos dessa lei e de Resoluções do Senado Federal sobre limites e vedações relativos a despesas de pessoal, dívida consolidada e operações de crédito.

- I. A despesa total com pessoal, excluídas as despesas de indenização por demissão e de incentivos à demissão voluntária de servidores ou empregados, em cada período de apuração, conforme o regime de competência, não poderá exceder, nos municípios, o percentual de 60% da receita corrente líquida.
- II. A dívida consolidada líquida dos municípios, de 2016 em diante, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vez a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2. Até 2016, eventuais excessos dessa dívida, em relação ao citado limite, deverão ser reduzidos na proporção de, no mínimo, 1/15 a cada exercício.
- III. Os municípios que não cumprem os limites máximos estipulados em lei para a dívida consolidada líquida estão impedidos, enquanto perdurar a irregularidade, de contratar novas operações de crédito, excetuadas as operações de crédito por antecipação da receita e aquelas previstas nos contratos de refinanciamento de suas respectivas dívidas.

A partir dessa análise, conclui-se que está(ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s):

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e II, apenas.

QUESTÃO 28

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) um mecanismo para a segregação dos valores das transações que devem ser incluídas ou excluídas na consolidação. A consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade com o objetivo de disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

Sobre o aludido processo de consolidação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social, incluindo as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios), os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.
- B) No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional). O PCASP representa uma proposta de um conjunto de contas contábeis e o nível de detalhamento mínimo a ser utilizado pelos entes da Federação, a fim de possibilitar o processo de consolidação das contas públicas.
- C) Para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, devem ser excluídos itens como participações nas empresas estatais dependentes, transações e saldos recíprocos entre as entidades e parcelas dos resultados do exercício, do lucro ou prejuízo acumulado e do custo dos ativos que corresponderem a resultados ainda não realizados.
- D) A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que devem ser incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza patrimonial.

QUESTÃO 29

A Lei brasileira de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e tem como propósito regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no país. Os procedimentos previstos nessa lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com alguns princípios e diretrizes.

Assinale a alternativa que **NÃO** corresponda a um desses princípios ou diretrizes da Lei nº 12.527/11.

- A) Promoção de um governo aberto e fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- B) Estímulo à disponibilização de dados em formato aberto e divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- C) Publicidade máxima e observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como regra restrita às matérias de segurança nacional.
- D) Transparência ativa, obrigação de publicar e utilizar meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

QUESTÃO 30

Um ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. As entidades do setor público devem adotar os tratamentos contábeis adequados para o ativo intangível, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam analisar informações consistentes acerca desse item do ativo não circulante.

Análise as seguintes afirmações sobre reconhecimento, mensuração e baixa do valor contábil de itens do ativo imobilizado.

- I. O reconhecimento inicial de um ativo intangível pode ocorrer de três formas: aquisição separada, geração interna e aquisição por meio de transações sem contraprestação. No caso de geração interna, o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura deve ser reconhecido como ativo.
- II. Um ativo intangível pode ser adquirido por meio de transações sem contraprestação. Nesses casos, os custos incorridos que sejam diretamente atribuídos à preparação do ativo para o uso pretendido devem ser acrescidos ao valor de registro inicial.

III. Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo. Após o seu reconhecimento inicial, deve ser mensurado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda por irreversibilidade ou reavaliação, quando aplicável.

IV. Um ativo intangível deve ser baixado quando não apresentar mais utilidade para a entidade ou por ocasião de sua alienação, e os ganhos ou perdas decorrentes da baixa devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil.

A partir dessa análise, conclui-se que estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) II e III, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.

QUESTÃO 31

Do ponto de vista contábil, o patrimônio público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público.

Com base na Resolução CFC nº 1.129/08, analise as afirmativas a seguir sobre a estrutura do patrimônio público de entidades do setor público e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A classificação dos elementos patrimoniais das entidades do setor público considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.
- B) Devem ser classificados como circulante os itens do passivo da entidade do setor público que são mantidos essencialmente para fins de negociação e pagos durante o ciclo operacional normal da entidade.
- C) Passivos são obrigações presentes da entidade do setor público derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- D) Os ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

QUESTÃO 32

A ciência contábil tem como finalidade geral o fornecimento de informações aos diversos usuários da informação contábil e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) alinha-se a esta finalidade por meio da padronização da forma de registro contábil para a extração de informações para estes usuários. A preocupação com o controle de custos no setor público é presente na Lei Complementar 101/2000, chamada também de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O PCASP tem relação com os dispositivos dessa lei ao contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.

Analise as seguintes afirmações sobre os preceitos da LRF e o controle de custos nas entidades do setor público.

- I. A lei de diretrizes orçamentárias deve dispor sobre equilíbrio entre receitas e despesas e sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- II. Além de obedecer às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público, a administração pública deve manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- III. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público devem fiscalizar os fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas.

A partir dessa análise, conclui-se que estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 33

Os órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista são obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

Analise as afirmativas sobre os preceitos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, em relação a essa obrigação, e assinale **V** para as **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

- () Não são retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições citadas nos pagamentos efetuados a fundações de direito privado e a fundações públicas instituídas ou mantidas pelo Poder Público.
- () Aplicam-se, subsidiariamente, às contribuições citadas, as penalidades e demais acréscimos previstos na legislação do IR, nas hipóteses de recolhimento após o vencimento do prazo sem o acréscimo de multa moratória e de declaração inexata.
- () Nos pagamentos de seguros de diversos tipos/ modalidades, ainda que por intermédio de corretora, a retenção é feita sobre o valor total do prêmio que estiver sendo pago à seguradora, deduzidas as parcelas correspondentes à corretagem.
- () Os valores do IR e das contribuições sociais retidos são considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições e pode ser compensado pelo contribuinte que sofreu a retenção.
- () Nos pagamentos a serviços de propaganda e publicidade, a retenção é efetuada em relação à agência de propaganda e publicidade e a cada uma das demais pessoas jurídicas prestadoras do serviço, sobre o valor das respectivas notas fiscais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) F V V F F.
- B) V V F V V.
- C) F V F F V.
- D) V F V V F.

QUESTÃO 34

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes de uma lista apresentada na Lei Complementar Nº 116/2003, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Acerca dos preceitos dessa lei sobre o ISSQN, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os municípios, mediante lei, podem atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
- B) A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço. Quando os serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia ou duto forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional à extensão da ferrovia, rodovia ou duto existente em cada município.
- C) Não se incluem na base de cálculo do ISSQN o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres. A mesma regra vale para a execução, por empreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação.
- D) O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador, exceto nas hipóteses previstas na referida lei. Como exemplo, no caso dos serviços de armazenamento, carga, descarga e guarda de bens de qualquer espécie, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento que contratou o serviço.

QUESTÃO 35

A Lei nº 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Ao seus ditames também estão subordinados os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

Acerca dos preceitos dessa lei sobre o processo de compras, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Nenhuma compra deve ser feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa. Toda compra deve sempre atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, sendo observadas as condições mínimas de manutenção, de assistência técnica e de garantia oferecidas.
- B) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e é processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, dentre outros.
- C) Sempre que possível, as compras devem ser devidamente processadas por meio de um sistema de registro de preços; devem submeter-se às condições de aquisição e de pagamento semelhantes àquelas do setor privado; devem ser subdivididas em tantas parcelas quantas forem necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando comparabilidade e publicidade; devem balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades do setor público.
- D) A concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto; enquanto o convite é a modalidade entre interessados cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

QUESTÃO 36

A Lei 5.172/1966 dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, estados e municípios.

Acerca dos preceitos dessa lei em relação ao crédito tributário, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão, seus efeitos, as garantias, os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- B) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário pode ocorrer por meio de moratória; das reclamações e dos recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e do depósito do seu montante integral.
- C) A extinção do crédito tributário pode ocorrer por meio do pagamento; da compensação; da transação; da remissão; da prescrição e da decadência; da conversão de depósito em renda; e da decisão administrativa irreformável.
- D) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo de cálculo do montante do tributo devido e de aplicação da penalidade cabível.

QUESTÃO 37

A norma contábil NBC TG 01 (R2), publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Analise as afirmativas sobre os procedimentos contábeis relativos à redução ao valor recuperável de ativos e assinale **V** para as **verdadeiras** e **F** para as **Falsas**.

- () A entidade deve avaliar, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.
- () Se houver indicação de que um ativo imobilizado possa ter sofrido desvalorização, isso indica que o método de depreciação necessita ser revisado e ajustado em consonância com as normas aplicáveis, mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida.
- () As projeções de saídas de caixa devem incluir aquelas necessárias à utilização e manutenção habituais do ativo, bem como os custos indiretos futuros (*overheads*) que podem ser atribuídos diretamente ao uso do ativo, ou a ele alocados, em base razoável e consistente.

() As estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir futuras entradas ou saídas de caixa previstas para as quais se tenha expectativa de advir de futura reestruturação com a qual a entidade ainda não está compromissada, ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo.

() O fluxo de caixa líquido a ser recebido pela baixa de um ativo ao término de sua vida útil é o montante que se espera obter em transação entre partes interessadas, após deduzir as despesas incorridas com a baixa.

Assinale a sequência **CORRETA**.

- A) F V V F F.
- B) V V F V V.
- C) V F V V F.
- D) F V F F V.

QUESTÃO 38

A norma contábil NBC TG 36 (R2) estabelece princípios para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades.

De acordo com essa norma, os procedimentos de consolidação que as entidades precisam executar para a elaboração de demonstrações consolidadas compreendem, particularmente:

- I. combinar itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas.
- II. compensar (eliminar) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada.
- III. eliminar proporcionalmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo.
- IV. reconhecer os prejuízos intragrupo que representam uma redução no valor recuperável de ativos, acarretada por transações intragrupo registradas em ativos.
- V. ajustar as políticas contábeis diferentes daquelas adotadas nas demonstrações consolidadas para transações similares realizadas pelos membros do grupo.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) IV e V, apenas.

INSTRUÇÃO: As questões 39 e 40 são baseadas no caso Roas S/A, descrito logo a seguir.

A tabela abaixo apresenta informações do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa Roas S/A, para os anos de 2011 a 2014, em Reais (R\$). As seguintes siglas são utilizadas: ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo, ROL = Receita Operacional Líquida, InSub = Investimento em Empresas Subsidiárias, Alnt = Ativo Intangível, PNC = Passivo Não Circulante, PC = Passivo Circulante, AC = Ativo Circulante, PL = Patrimônio Líquido, LL = Lucro Líquido, AI = Ativo Imobilizado, LB = Lucro Bruto, AT = Ativo Total, LS = Liquidez Seca, LC = Liquidez Corrente, DA = Despesas Administrativas, DV = Despesas com Vendas, RF = Resultado Financeiro, EBIT = Lucro Antes dos Juros e dos Tributos incidentes sobre o lucro, EBITDA = Lucro Antes dos Juros, Tributos Incidentes sobre o Lucro, Depreciação e Amortização, AO = Alavancagem Operacional. O PNC compreende apenas empréstimos bancários. O PL do ano de 2010 representou 87,5% do PL de 2011. O saldo da conta Estoques no final de 2010 foi de R\$ 226.415,00.

	2011	2012	2013
AT	12.159.617	12.572.434	13.750.427
AC	2.261.199	1.759.267	1.856.412
Estoques	256.806	289.577	255.368
Clientes	608.322	485.219	642.605
ANC	9.898.418	10.813.168	11.894.015
ARLP	337.352	385.681	613.625
InSub	2.927.778	3.864.702	4.381.238
AI	6.072.343	6.175.388	6.678.070
PC	1.720.001	1.141.687	959.790
Fornecedores	142.333	189.765	185.629
Empréstimos	509.730	251.677	216.708
PNC	4.531.180	4.801.026	5.762.591
PL	5.908.436	6.629.721	7.028.045
ROL	3.095.971	3.097.000	3.208.786
CPV	2.230.067	2.359.537	2.381.827
Lucro Bruto	865.904	737.463	826.959
DV	88.347	91.411	85.924
DA	109.740	164.504	132.562
EBIT	1.386.837	1.282.245	903.506
RF	438.463	364.360	717.414
LAIR	1.375.880	1.214.543	1.232.138
LL	1.650.164	1.560.224	1.327.525
Depreciação	721.675	748.300	722.691

QUESTÃO 39

Com base nas informações apresentadas sobre a empresa Roas S/A, é **INCORRETO** afirmar que:

- No ano de 2011, houve o melhor aproveitamento dos custos e despesas e conseqüentemente a melhor rentabilidade sobre o capital investido.
- O resultado financeiro mais favorável ocorreu em 2013, ano no qual a proporção do EBITDA em relação à ROL apresentou o maior valor desde 2011.
- A rentabilidade do PL médio em 2013 foi menor que em 2012, enquanto a proporção do Capital de Terceiros em relação ao AT em 2013 foi maior que em 2012.
- O ano de 2012 apresenta uma menor proporção do EBIT em relação aos empréstimos do que em 2011, uma redução acompanhada pela redução da participação dos empréstimos de curto prazo no total de empréstimos.

QUESTÃO 40

Com base nas informações apresentadas sobre a empresa Roas S/A, é **INCORRETO** afirmar que:

- A maior proporção do AI em relação ao PL ocorreu no mesmo ano em que a participação das dívidas em relação ao EBITDA apresentou o menor valor.
- A LS apresentou aumento ao longo dos três anos e as dívidas de curto prazo em relação ao total de capital de terceiros apresentou a maior redução de 2012 para 2013.
- No ano de 2013, a empresa apresentou a pior situação em termos de lucratividade e de rentabilidade. Nesse ano, a LC apresentou o seu maior valor.
- Em 2012 houve a maior proporção das dívidas em relação ao AT, enquanto em 2013 houve a maior participação de investimentos em outras empresas em relação ao PL.

QUESTÃO 41

João é servidor efetivo de uma Secretaria Municipal de Juiz de Fora, tendo sido nomeado para o cargo há seis anos. Pretendendo realizar um curso de pós-graduação, João requer licença para tratar de interesses particulares.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que:

- A) o requerimento deverá ser negado, porque, desde 2012, não mais existe a referida licença no âmbito da Administração Pública do Município.
- B) como João já possui mais de cinco anos de serviço, o requerimento terá que ser deferido.
- C) o requerimento poderá ser deferido ou indeferido, segundo juízo de valor que considere o interesse público.
- D) a licença terá que ser deferida, não podendo, todavia, ultrapassar o prazo de um ano.

QUESTÃO 42

É **CORRETO** afirmar que o Adicional de Responsabilidade na Rede de Atenção às Urgências (ARRAU), existente no âmbito da administração pública de Juiz de Fora, tem como destinatários:

- A) os profissionais integrantes das carreiras de saúde, incluindo os contratados temporários em atuação em Unidade Básica de Saúde.
- B) os servidores das carreiras de saúde lotados no Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental.
- C) os servidores que exerçam atividades em regime de plantão no Hospital Municipal de Urgência e Emergência.
- D) os integrantes da carreira de médico da Administração Direta, incluindo os municipalizados, que atuam em regime de plantão em unidade de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde do Município – SUS/JF.

QUESTÃO 43

Pedro é servidor estável da Administração Direta do Município de Juiz de Fora. O cargo exercido por Pedro é extinto por lei. É **CORRETO** afirmar que, durante o período em que estiver em disponibilidade, Pedro:

- A) receberá integralmente o valor de sua remuneração a título de proventos.
- B) não fará jus à remuneração.
- C) receberá 50% da remuneração a que fazia jus antes da extinção do cargo.
- D) receberá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

QUESTÃO 44

O prefeito de Juiz de Fora veta determinado artigo de um projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores. Relativamente à apreciação do veto pela Câmara Municipal, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) ocorrerá em uma só discussão e votação.
- B) será feita pelo Plenário da Câmara.
- C) a rejeição do veto dependerá do voto da maioria simples dos vereadores.
- D) deve se dar dentro de 120 dias a contar do recebimento do veto, sob pena de sobrestamento das demais proposições.

QUESTÃO 45

Suponha o seguinte: no último mês do terceiro ano do governo, ocorre a vacância dos cargos de prefeito e de vice-prefeito de Juiz de Fora. Na hipótese e segundo o que prevê a Lei Orgânica daquele Município, é **CORRETO** afirmar que:

- A) assumirá o cargo de prefeito o presidente da Câmara Municipal, que completará o período do mandato.
- B) assumirá o cargo de prefeito o presidente da Câmara Municipal, que o exercerá até que a Justiça Eleitoral indique o sucessor definitivo do prefeito.
- C) será realizada eleição para os cargos vagos, após 90 dias, contados a partir da abertura da última vaga.
- D) assumirá o cargo de prefeito o candidato colocado em segundo lugar na última eleição, com o candidato a vice de sua chapa.

QUESTÃO 46

O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Juiz de Fora deve ser expedido por meio de:

- A) Lei Complementar.
- B) Resolução.
- C) Lei ordinária.
- D) Deliberação da Mesa.

QUESTÃO 47

O prefeito de Juiz de Fora resolve colocar à venda um determinado bem imóvel do Município e consulta um assessor sobre seu intento. Em resposta, o assessor lhe informa que, no caso, e segundo o que determina a Lei Orgânica, o Município deve usar, preferencialmente à venda do bem, a(o):

- A) permuta por outro imóvel.
- B) doação.
- C) doação em pagamento.
- D) concessão de direito real de uso.

QUESTÃO 48

Afonso é servidor efetivo e estável da Secretaria de Governo de Juiz de Fora. Aprovado em concurso, Afonso é nomeado para outro cargo do quadro de outra Secretaria do mesmo Município, razão pela qual deixa o cargo que ocupava na Secretaria de Governo, uma vez que não se tratam de cargos acumuláveis. Todavia, o referido servidor não logra aprovação no estágio probatório.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que Afonso:

- A) não poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria do Governo, salvo no caso de aprovação em novo concurso público.
- B) poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria de Governo mediante readaptação.
- C) poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria de Governo mediante recondução.
- D) poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria de Governo mediante simples nomeação.

QUESTÃO 49

José, ocupante de cargo efetivo da Administração Direta do Município de Juiz de fora, é exonerado a pedido, após oito meses de exercício do cargo. Considerada a disciplina legal sobre o direito de férias do servidor público do referido Município, é **CORRETO** afirmar que José:

- A) não terá direito à remuneração de férias, uma vez que a exoneração se deu a pedido.
- B) não terá direito à remuneração de férias, uma vez que não integralizou o período aquisitivo, que é de doze meses de exercício.
- C) terá direito à remuneração de férias no valor de 50% da remuneração mensal.
- D) terá direito à remuneração de férias na proporção de oito doze avos (8/12) da remuneração mensal.

QUESTÃO 50

Ocupante estável de dois cargos efetivos de professor do Município de Juiz de Fora, Beatriz é nomeada para cargo em comissão da Administração Direta do referido Município. Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que Beatriz:

- A) poderá exercer os três cargos, desde que haja compatibilidade horária.
- B) poderá exercer o cargo em comissão cumulativamente com, apenas, um dos cargos de professor.
- C) ficará afastada dos dois cargos de professor.
- D) terá que pedir exoneração de dois cargos de professor, para assumir o cargo de comissão.

PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Assine **A TINTA**, somente no lugar apropriado na folha de identificação do Caderno de Respostas da Prova Dissertativa.
2. **NÃO SE IDENTIFIQUE NAS FOLHAS DE RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA.**
3. **9.3.2.** As provas dissertativas serão compostas de 02 (duas) questões discursivas que deverão ser respondidas em, no mínimo de 10 (dez) e máximo de 15 (quinze) linhas.
4. **9.3.3.** Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem **9.3.2** do Edital e seus anexos, de acordo com o seguinte critério: a) desconto de 0,5 (meio ponto) por linha aquém do estipulado; b) desconto de 0,5 (meio ponto) por linha que exceda o máximo estipulado.
5. **9.3.4.** Cada questão da prova dissertativa terá o valor de 50 (cinquenta) pontos, perfazendo-se um total de 100 (cem) pontos.
6. **9.3.6.** A Prova Dissertativa abrangerá como itens de avaliação:

Cargos de Assistente Técnico Legislativo - Analista de Sistemas e Assistente Técnico Legislativo - Contador	Pontos por questão
1. Compreensão / conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta.	25
2. Argumentação acerca dos conhecimentos específicos apropriada, relevante e suficiente em relação às questões propostas.	15
4. Emprego correto das normas gramaticais e do vocabulário: Colocação Pronominal – peso 2,0 – desconto por erro 0,5. Ortografia/ Acentuação/ Pontuação – peso 4,0 – desconto por erro 0,25. Regência Verbal e Nominal – peso 2,0 – desconto por erro 0,25 Concordância Verbal e Nominal – peso 2,0 – desconto por erro 0,5.	10
TOTAL	50

7. **9.3.5.** Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) do total dos pontos distribuídos na prova dissertativa.
8. **9.3.6.1** Os candidatos que não pontuarem no quesito compreensão, conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta não terão o quesito emprego correto das normas gramaticais e do vocabulário corrigidos.
9. Em caso de erro, o candidato poderá fazer um traço na(s) palavra(s) errada(s) e coloca-la(s) entre parênteses, para que a(s) mesma(s) seja(m) desconsiderada(s).
10. **9.3.8.** Será adotado processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo-se o sigilo do julgamento.

QUESTÃO 1

Apresente e descreva quatro das Demonstrações Contábeis para entidades do setor público, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente de acordo com a RESOLUÇÃO CFC N.º 1.133/08, que aprovou a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. A descrição apresentada deve contemplar a função (objetivo) e a estrutura de cada demonstração apresentada.

QUESTÃO 2

Apresente e descreva a classificação da receita pública, em categorias (grupos) e subcategorias (subgrupos), tomando por base os ditames da Lei 4.320/1964.

RASCUNHO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

EM BRANCO

RASCUNHO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

1	A	B	C	D	18	A	B	C	D	35	A	B	C	D
2	A	B	C	D	19	A	B	C	D	36	A	B	C	D
3	A	B	C	D	20	A	B	C	D	37	A	B	C	D
4	A	B	C	D	21	A	B	C	D	38	A	B	C	D
5	A	B	C	D	22	A	B	C	D	39	A	B	C	D
6	A	B	C	D	23	A	B	C	D	40	A	B	C	D
7	A	B	C	D	24	A	B	C	D	41	A	B	C	D
8	A	B	C	D	25	A	B	C	D	42	A	B	C	D
9	A	B	C	D	26	A	B	C	D	43	A	B	C	D
10	A	B	C	D	27	A	B	C	D	44	A	B	C	D
11	A	B	C	D	28	A	B	C	D	45	A	B	C	D
12	A	B	C	D	29	A	B	C	D	46	A	B	C	D
13	A	B	C	D	30	A	B	C	D	47	A	B	C	D
14	A	B	C	D	31	A	B	C	D	48	A	B	C	D
15	A	B	C	D	32	A	B	C	D	49	A	B	C	D
16	A	B	C	D	33	A	B	C	D	50	A	B	C	D
17	A	B	C	D	34	A	B	C	D					

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**